

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - Centro de Referência do Idoso Zona Norte - CRI Norte - Associação Congregação de Santa Catarina

**Associação Congregação de Santa Catarina
Centro de Referência do Idoso da Zona Norte - CRI Norte**

CNPJ nº 60.922.168/0028-04

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)				Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019	Receitas operacionais líquidas	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.583	1.220	Fornecedores		143	204	Receitas de Contrato de Gestão - Estadual	13	17.432	17.924
Estoques		125	122	Obrigações trabalhistas	6	1.107	1.196	Trabalho voluntário	3.d	7	48
Outros Créditos		113	50	Obrigações tributárias		142	144			17.439	17.972
Total ativo circulante		2.821	1.392	Outras contas a pagar	7	165	174	Custos e despesas operacionais			
Não circulante				Arrendamentos a pagar	8	41	-	Pessoal e encargos	14	(8.480)	(9.390)
Depósitos judiciais		16	16	Total do passivo circulante		1.598	1.718	Serviços profissionais	15	(6.272)	(7.916)
Imobilizado	5	3.300	3.654	Não circulante				Materiais e medicamentos	16	(557)	(857)
Intangível	5	-	3	Provisão para ações trabalhistas	9	95	188	Depreciação e amortização	5	(369)	(464)
Direito uso de ativos	8	161	-	Arrendamentos a Pagar	8	120	-	Gerais e administrativas		(179)	(265)
Total do ativo não circulante		3.477	3.673	Bens públicos em nosso poder	10	3.300	3.657	Impostos taxas e contribuições		(2)	(3)
Total do ativo		6.298	5.065	Total do passivo não circulante		3.515	3.845	(Provisão) reversão para ações trabalhistas		(39)	250
				Total do passivo		5.113	5.563	Outras receitas operacionais líquidas		149	235
				Patrimônio líquido				Amorização direitos de uso bens arrendados		(19)	-
				Patrimônio social		(498)	(77)	Trabalho voluntário	3.d	(7)	(48)
				Superavit/ (Deficit) do exercício	11	1.683	(421)			(15.775)	(18.458)
				Total do patrimônio líquido		1.185	(498)	Superavit/(Deficit) operacional antes do resultado financeiro		1.664	(486)
				Total do passivo e patrimônio líquido		6.298	5.065	Resultado financeiro, líquido			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)			
	Patrimônio social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de janeiro de 2018	(398)	321	(77)
Absorção do déficit do exercício	321	(321)	-
Deficit do exercício	-	(421)	(421)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(77)	(421)	(498)
Absorção do déficit do exercício	(421)	421	-
Superavit do exercício	-	1.683	1.683
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(498)	1.683	1.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)			
	2020	2019	
Superavit/(Deficit) do exercício	1.683	(421)	
Resultado abrangente total do exercício	1.683	(421)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)			
	2020	2019	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.683	(421)	
Superavit/(Deficit) do exercício	1.683	(421)	
Amortização de direitos de uso de bens arrendados	19	-	
Provisão para ações trabalhistas	14	153	
(Reversão) de provisão para ações trabalhistas	(107)	(422)	
Superavit/(Deficit) do exercício ajustado	1.609	(690)	
(Aumento) redução nos ativos em:			
Estoques	(3)	47	
Créditos diversos	(63)	63	
Aumento (redução) nos passivos em:			
Fornecedores	(61)	(39)	
Obrigações trabalhistas	(89)	(12)	
Obrigações tributárias	(2)	3	
Outras contas a pagar	(9)	19	
Caixa líquido gerado pelos (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	1.382	(609)	
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	(15)	(68)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(15)	(68)	
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento do principal do passivo de arrendamento	(19)	-	
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado/intangível	15	68	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(4)	68	
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.363	(609)	
Demonstração do aumento(redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	1.220	1.829	
No fim do exercício	2.583	1.220	
	1.363	(609)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

utiliza-se taxa incremental. A Entidade, até a data das presentes demonstrações contábeis, não tinha histórico de compras de ativos financiadas por instituições financeiras, motivo pelo qual a taxa de juros para desconto a valor presente dos passivos de arrendamentos foi a taxa 1,03% de custo de oportunidade que a Entidade tem em aplicar recursos no mercado financeiro. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Detalhes da adoção inicial da nova norma estão na nota 8. **Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Entidade, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Entidade. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2020, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. **g. Provisões, passivos contingentes e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. As provisões são constituídas sempre que a perda for avaliada com provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **h. Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **i. Patrimônio líquido:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. **J. Receitas - Contrato de Gestão:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de prestações de serviços é gerada com base no Contrato de Gestão firmada com a Secretaria da Saúde do Estado São Paulo, em que a Associação Congregação de Santa Catarina assumiu a

continua

continuação

gestão e operacionalização do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias. **l. Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **m. Receitas com trabalhos voluntários:** As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2020 foi reconhecido o valor de R\$ 7 (R\$ 48 em 2019), referentes a trabalhos voluntários. **n. Gerenciamento de risco financeiro:** A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de liquidez: Risco de mercado: A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº16. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

5. Imobilizado e intangível	Aparelhos		Instru- mentos de cirurgia	Móveis e Veicu- lários	Equipamentos de processamento de dados	Instru- mentos sonoros	Benfei- torias	Direito de uso de software	Total
	Insta- lações	de medicina e cirurgia							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	335	1.281	24	1.853	49	966	18	5.041	10.397
Adições	-	1	-	57	-	10	-	-	68
Doações recebidas	-	5	-	9	-	25	-	-	40
Baixas	-	(264)	(14)	(46)	-	(113)	-	-	(438)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	335	1.023	10	1.873	49	888	18	5.041	10.065
Adições	-	-	-	9	-	6	-	-	15
Reclassificações	-	-	-	1	-	(1)	-	-	-
Baixas	(2)	(8)	-	(25)	-	(5)	-	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	333	1.015	10	1.858	49	887	18	5.041	10.040
Depreciação e amortização									
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(260)	(1.109)	(9)	(1.542)	(49)	(844)	(13)	(1.727)	(6.367)
Depreciação e amortização no período	(25)	(47)	(2)	(134)	-	(43)	(2)	(202)	(464)
Baixas	-	260	7	43	-	111	-	-	421
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(284)	(895)	(4)	(1.633)	(49)	(776)	(15)	(1.929)	(6.409)
Depreciação e amortização	(17)	(41)	(1)	(73)	-	(33)	(1)	(201)	(369)
Baixas	0	9	-	23	-	4	-	-	36
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(300)	(928)	(5)	(1.683)	(49)	(805)	(16)	(2.130)	(6.742)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2019	50	128	6	241	-	113	3	3.113	3.657
Em 31 de dezembro de 2020	34	87	5	175	-	83	2	2.911	3.300

6. Obrigações trabalhistas	2020	2019
	Ordenados a pagar	331
Provisão para férias e encargos sociais	687	705
Encargos e contribuições sociais	89	118
	1.107	1.196
7. Outras contas a pagar	2020	2019
Ticket Refeição e Cesta Básica a Pagar	60	77
Assistência médica a pagar	57	58
Cooperativa de empregados a pagar	29	24
Aluguéis a pagar	11	6
[Outras Contas a Pagar	8	8
	165	174

8. Direito de uso de ativos e Arrendamentos a pagar: A Entidade no início de um contrato analisa se é ou possui um arrendamento. O reconhecimento de um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar ou controlar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções foram publicadas no texto da norma NBC TG 06 (R2) (CPC 06) Arrendamentos e dizem respeito a arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Na data de início, a Entidade mensura o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, utiliza-se taxa incremental. A Entidade, até a data das presentes demonstrações financeiras "carve-out", não tinha histórico de compras de ativos financiadas por instituições financeiras, motivo pelo qual a taxa de juros para desconto a valor presente dos passivos de arrendamentos foi a taxa 1,03% que reflete o de custo de oportunidade que a Entidade tem em aplicar recursos no mercado financeiro. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Entidade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado. Na demonstração dos fluxos de caixa, a Entidade registra tanto o principal quanto os juros com passivos de arrendamentos como atividade de financiamento. Em 31 de dezembro de 2020, os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento mercantil são como segue:

Ativos	31/12/2020		
	Direito de uso	Amortização acumulada	Líquido
Equipamentos de proces- samento de dados	180	(19)	161
Total	180	(19)	161

Ativos	Entrada de no- vos contratos			Amor- tização	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Equipamentos de processamento de dados	-	180	-	-	180
(-) Amortização acumulada	-	-	(19)	(19)	(19)
	-	180	(19)	(19)	161

Passivos de arrendamento	Entrada Pagamen- tos de novos contratos			Amor- tização	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Obrigações de curto prazo	-	60	(19)	(19)	41
Obrigações de longo prazo	-	120	-	-	120
	-	180	(19)	(19)	161

Vencimento	31 /12/2020	
	2020	-
2021	45	
2022	45	
2023	45	
2024	27	
Ajuste a valor presente	(1)	
Total	161	

9. Provisão para contingências: A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

o. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out". (a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16); (c) Outras Normas: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade: - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 60. - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16). - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3). - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1). - IFRS 17 Contratos de Seguros.

4. Caixa e equivalentes de caixa	2020	2019
Caixa fundo fixo	2	2
Banco conta movimento	54	-
Aplicações financeiras	2.527	1.218
	2.583	1.220

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão desta gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio aproximado em 2020 foi de 2,75% a.a. (5,96% a.a. em 2019).

Equipamentos de processamento de dados	Instru- mentos sonoros	Benfei- torias	Direito de uso de software	Total
Saldo inicial	457	153	(422)	188
Adições	14	-	(107)	95
Estornos	-	-	-	-
Saldo final	471	153	(529)	95

Riscos avaliados como perdas possíveis: Os valores das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade representa o montante de R\$ 283 em 2020 (R\$ 258 em 2019). Os processos classificados como perda possível não estão provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. **10. Bens públicos em nosso poder:** A rubrica "Bens públicos em nosso poder", passivo não circulante, com saldo de R\$ 3.300 em 2020 (R\$ 3.657 em 2019), refere-se aos valores recebidos da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado e intangível, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do contrato de gestão. O valor desses ativos está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado e do intangível de Contrato de Gestão, registrado no passivo. **11. Patrimônio líquido:** O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais, e formado pelo superávit e/ou déficits acumulados. **12. Remuneração da Administração:** O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

13. Receitas de Contrato de Gestão - Estadual

	2020	2019
Contrato de Gestão - Estadual (a)	17.078	17.528
Depreciação de "Bens públicos em nosso poder" (b)	369	464
Repasso destinado a imobilizado - Estadual	(15)	(68)
	17.432	17.924

(a) Em 2019, a ACSC participou e sagrou-se vencedora do certame de Convocação Pública instituído pela Resolução (SS 68), de 02/08/2019, com vistas a celebração de um novo Contrato de Gestão pelo prazo de 5 anos, com vigência até 31 de dezembro de 2024, para administrar a gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 4 de junho de 1998. Este contrato estabelece o prazo de vigência determinado. A legislação estadual regulamentou a parceria com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de firmar Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), visando ao gerenciamento de hospitais e equipamentos públicos de saúde. A Lei determinou ainda que os hospitais gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do SUS. A remuneração dos Contratos de Gestão e Operacionalização é definido de acordo com suas características de atendimento, um orçamento de custeio pré-fixado, com base em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do hospital e em indicadores de organização do serviço. (b) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12 (ITG2002 (R1)), em cumprimento ao contrato de gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do contrato de gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais. A reversão da rubrica passiva "Bens públicos em nosso poder" é feita em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

14. Custos e despesas operacionais - Pessoal e encargos

	2020	2019
Salários e ordenados	(5.002)	(5.575)
Benefícios a funcionários	(1.507)	(1.840)
Férias, 13º salário e encargos sociais	(994)	(1.133)
Encargos sociais	(683)	(664)
Verbas indenizatórias	(294)	(178)
	(8.480)	(9.390)

15. Custos e despesas operacionais - Serviços profissionais

	2020	2019
Repasso de honorários médicos (a)	(3.797)	(4.690)
Serviços técnicos contratados (b)	(2.475)	(3.226)
	(6.272)	(7.916)

(a) Valores relativos aos atendimentos apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento; (b) Os montantes são relacio-

nados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços.

16. Custos e despesas operacionais - Materiais e Medicamentos:	2020	2019
Materiais de uso do paciente	181	254
Materiais Manutenção e limpeza	147	187
Drogas e medicamentos	132	225
Outros custos gerais de materiais	97	191
	557	857

17. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao item 27 letra "c" da ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. **Isenção previdenciária usufruída:** Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 /91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à isenção usufruída - INSS. As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. **18. Instrumentos financeiros:** A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo:** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos. **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um associado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade e representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos.

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.583	1.220
Outros créditos		113	50
		2.696	1.270

Caixa e equivalentes de Caixa e ativos financeiros para negociação - A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa, que são realizadas com bancos de primeira linha. **Outros créditos -** De modo geral, o risco de crédito de outras contas a receber é o risco devido à incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. Do ponto de vista do risco de crédito, a Entidade avalia cada contraparte e gerência individualmente este risco. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. **c. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **d. Política de gestão de riscos:** A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. **Instrumentos financeiros "Não derivativos":** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **e. Hierarquia de valor justo:** A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	Classificação	Hierarquia de valor justo		2020	2019
		Nível	Valor		
Caixa e Equivalentes de caixa	Custo Amortizado	Nível 1	56	2	
Aplicações Financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.527	1.218	
Outros créditos	Custo Amortizado	Nível 2	113	50	
			2.696	1.270	
Passivos	Classificação		2020	2019	
Fornecedores	Outros passivos financeiros		(143)	(204)	
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros		(165)	(174)	
			(308)	(378)	

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: **Nível 1 -** Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2 -** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **Nível 3 -** Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras e título de capitalização). **19. Avais, fianças e garantias:** A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2020 e 2019.

Maria Goregrine	André Garcia	Mario Rodrigo Kaoru Utsunomiya	Marcelo Coli Fernandes	Paula A. Spati Castro
Presidente do Conselho de Administração	Superintendente	Diretor Executivo	Diretor Corporativo Financeiro	Contadora - CRC/SP Nº 1SP229412/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "Carve-out"
 Aos Administradores e Conselheiros da Associação Congregação de Santa Catarina, gestora do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte ("Entidade"), filial operacionalizada pela Associação Congregação de Santa Catarina ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas, apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte filial operacionalizada pela Associação Congregação de Santa Catarina em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out". Somos independentes em relação às Companhias, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". As demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração da Associação Congregação de Santa Catarina com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com órgãos governamentais fiscalizadores, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas a esses órgãos e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não a Associação Congregação de Santa Catarina e o Centro

Continuação
de Referência do Idoso da Zona Norte. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Outros assuntos – Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras “carve-out” em 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outros auditores que emitiram uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2020. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras “carve-out”:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras “carve-out” estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de à Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras “carve-out”:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das empresas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional das empresas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras “carve-out” ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as empresas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “carve-out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos A. Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

**Associação Congregação de Santa Catarina
Centro de Referência do Idoso da
Zona Norte - CRI NORTE - OSS**

CNPJ nº 60.922.168/0028-04
Relatórios de Atividades Assistenciais Ano 2020
Janeiro a Junho - 1º Semestre

Atividade Ambulatorial				
Descrição	Contratado	Realizado	% Variação	
Consultas Médicas				
Primeiras Consultas Rede	5.400	1.850	-65,74%	
Interconsultas	4.800	2.746	-42,79%	
Consultas Subsequentes	28.602	11.480	-59,86%	
TOTAL	38.802	16.076	-58,57%	
Consultas Médicas (Com Telemedicina)				
Primeiras Consultas Rede	5.400	1.850	-65,74%	
Interconsultas	4.800	5.730	19,38%	
Consultas Subsequentes	28.602	23.466	-17,96%	
TOTAL	38.802	31.046	-19,99%	
Consultas Não Médicas				
Consultas não Médicas	12.516	6.918	-44,73%	
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	24.000	8.873	-63,03%	
TOTAL	36.516	15.791	-56,76%	
Consultas Não Médicas (Com Telemedicina)				
Consultas não Médicas	12.516	10.726	-14,30%	
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	24.000	10.765	-55,15%	
TOTAL	36.516	21.491	-41,15%	
Atividades Cirúrgicas				
Peq.Cirurgias Ambulatoriais (cma)	870	389	-55,29%	
TOTAL	870	389	-55,29%	
Atendimento Odontológico				
Primeiras Consultas	660	252	-61,82%	
Interconsultas	540	351	-35,00%	
TOTAL	1.200	603	-49,75%	
SADT Externo				
Ultrassonografia	1.680	637	-62,08%	
Endoscopia	720	209	-70,97%	
Métodos Diagnósticos Especialidades	3.480	1.259	-63,82%	
TOTAL	5.880	2.105	-64,20%	
Atendimentos em Grupos - Centro de Convivência (Acompanhamento)				
Pacientes Atendidos	34.000	11.746	-65,45%	
Número de Grupos	1.298	826	-36,36%	
TOTAL	35.298	12.572	-64,38%	

**Associação Congregação de Santa Catarina
Centro de Referência do Idoso da
Zona Norte - CRI NORTE - OSS**

CNPJ nº 60.922.168/0028-04
Relatórios de Atividades Assistenciais Ano 2020
Julho a Dezembro - 2º Semestre

Atividade Ambulatorial				
Descrição	Contratado	Realizado	% Variação	
Consultas Médicas				
Primeiras Consultas Rede	4.400	3.376	-23,27%	
Interconsultas	3.800	3.411	-10,24%	
Consultas Subsequentes	30.827	20.444	-33,68%	
TOTAL	39.027	27.231	-30,23%	
Consultas Médicas (Com Telemedicina)				
Primeiras Consultas Rede	4.400	3.380	-23,18%	
Interconsultas	3.800	3.416	-10,11%	
Consultas Subsequentes	30.827	29.910	-2,97%	
TOTAL	39.027	36.706	-5,95%	
Consultas Não Médicas				
Consultas não Médicas	17.716	17.370	-1,95%	
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	22.120	19.069	-13,79%	
TOTAL	39.836	36.439	-8,53%	
Consultas Não Médicas (Com Telemedicina)				
Consultas não Médicas	17.716	18.804	6,14%	
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	22.120	22.847	3,29%	
TOTAL	39.836	41.651	4,56%	
Atividades Cirúrgicas				
Peq.Cirurgias Ambulatoriais (cma)	645	601	-6,82%	
TOTAL	645	601	-6,82%	
Atendimento Odontológico				
Primeiras Consultas	660	578	-12,42%	
Interconsultas	540	541	0,19%	
TOTAL	1.200	1.119	-6,75%	
SADT Externo				
Ultrassonografia	1.120	725	-35,27%	
Endoscopia	680	362	-46,76%	
Métodos Diagnósticos Especialidades	3.130	3.656	16,81%	
TOTAL	4.930	4.743	-3,79%	
Atendimentos em Grupos - Centro de Convivência (Acompanhamento)				
Pacientes Atendidos	16.000	14.766	-7,71%	
Número de Grupos	556	1.415	154,50%	
TOTAL	16.556	16.181	-2,27%	

COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE

COMPLEXO HOSPITALAR DO JUQUERY - FRANCO DA ROCHA

Extrato de Nota de Empenho
RP 35/2021 - Processo: SES-PRC-2021/15284
Aquisição de medicamentos, da Ata de Registro de Preços 202/2019
Contratante: Complexo Hospitalar do Juquery
Contratada: Interlab Farmaceutica Ltda.
CNPJ:43.295.831/0001-40
Nota de Empenho: 2021Ne00239
Valor: R\$ 3.107,00
Natureza de Despesa: 33903030
Programa de Trabalho: 10303093061170000
Ptes: 090616
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos, Após o Recebimento da Nota de Empenho
Extratos de Notas de Empenhos
RP 36/2021 - Processo: SES-PRC-2021/15289
Aquisição de medicamentos, da Ata de Registro de Preços 111/2020.
Contratante: Complexo Hospitalar do Juquery
Contratada: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
CNPJ: 44.734.671/0001-51
Nota de Empenho:2021Ne00242
Valor: R\$ 4.130,00
Natureza de Despesa: 33903030
Programa de Trabalho: 10303093061170000
Ptes: 090616
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos, Após o Recebimento da Nota de Empenho
Rp 37/2021 - Processo: SES-PRC -2021/15287
Aquisição de Medicamentos, da Ata de Registro de Preços 126/2019.
Contratante: Complexo Hospitalar do Juquery
Contratada: ifal Industria e Comercio de Produtos Farmacêuticos Ltda
CNPJ:00.376.959/0001-26
Nota de Empenho:2021Ne00244
Valor: r\$ 380,25
Natureza de Despesa: 33903030
Programa de Trabalho: 10303093061170000
Ptes: 090616
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos, Após o Recebimento da Nota de Empenho
Rp 38/2021 - Processo: SES-PRC -2021/15328
Aquisição de Medicamentos, da Ata de Registro de Preços 098/2020.
Contratante: Complexo Hospitalar do Juquery
Contratada: baxter Hospitalar Ltda
CNPJ: 49351786001071
Nota de Empenho:2021Ne00240
Valor: r\$ 20.100,00
Natureza de Despesa: 33903030
Programa de Trabalho: 10303093061170000
Ptes: 090616
Prazo de Entrega: 15 Dias Corridos, Após o Recebimento da Nota de Empenho

HOSPITAL ESTADUAL DOUTOR OSWALDO BRANDI FARIA - MIRANDÓPOLIS

Portaria HEDOB-F-8, de 9-4-2021
O Diretor Técnico de Saúde II do Hospital Estadual " Dr. Oswaldo Brandi de Faria de Mirandópolis, da Coordenadoria de Serviços de Saúde, expede nova Portaria:
Artigo 1º- Alterar a Portaria 02/2020 designar o funcionário/servidor abaixo relacionado para a recomposição da Comissão de Ouvidoria:
- Monira Tarraf- Rg:12.531.023- Psicólogo.
- Ana Paula Dias Marques – Rg:33.640.552-2- Assistente Social.
Dê - se ciência aos interessados e cumpra – se .
Artigo 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Portaria HEDOB-F-9, de 9-4-2021
O Diretor Técnico de Saúde II do Hospital Estadual " Dr. Oswaldo Brandi de Faria de Mirandópolis, da Coordenadoria de Serviços de Saúde resolve:
Artigo 1º- Alterar a Portaria 09/2019 e designar os funcionários/servidores abaixo relacionados para a recomposição da Comissão de Esterilização Cirúrgica Médica:
- Yukio Abe - Rg: 7.991.690 – Presidente
- Monira Tarraf- Rg:12.531.023- Psicólogo - Vice - Presidente
- Sandra Cristina Grassi- Rg:16.871.561 - Membro
- Ana Paula Dias Marques– Rg:33.640.552-2 - Membro
- Flávio Miguel Amorim – Rg: 4.663.460-3 - Membro
- Luis Carlos El-Kadre - Rg:7.560.930-7 – Membro
- José Tadeu Gil Borgonovi - Rg: 8.201.797-9 - Membro
Dê - se ciência aos interessados e cumpra – se .
Artigo 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Extrato de Nota de Empenho
Publicado em Atendimento ao Ofício CGA 2158/2016 E Ofício GS 31/2016 Com Base no Decreto 61.476/15 Atualizado pelo Decreto 61.897/2016.
Dispensa de Licitação 010/2021
Objeto: Aquisição de Oxigênio Medicinal Comprimido O2 Processo 12498/2021
Contratante: Hospital Estadual de Mirandópolis
Contratada: Noronha & Noronha Comércio de Gases - Ltda Cnpj: 07.086.661/0001-20
Contrato/Nota de Empenho: 2021Ne00211
Valor: R\$ 6.000,00
Data de Emissão: 30-03-2021
Fonte Recurso: 001001133
Programa Trabalho: 10302093048500000
ND: 33903090
UGE: 090120
Parecer Referencial: 06/2020 Data: 11-03-2020 CJ/SS
Prazo de Vigência/Entrega: 8 Dias
Extrato de Nota de Empenho
Publicado em Atendimento ao Ofício CGA 2158/2016 E Ofício GS 31/2016 Com Base no Decreto 61.476/15 Atualizado pelo Decreto 61.897/2016.
Dispensa de Licitação 012/2021
Objeto: Aquisição de Oxigênio Medicinal Comprimido O2 Processo 15261/2021
Contratante: Hospital Estadual de Mirandópolis
Contratada: Noronha & Noronha Comércio de Gases - Ltda CNPJ: 07.086.661/0001-20
Contrato/Nota de Empenho: 2021Ne00229
Valor: R\$ 7.500,00
Data de Emissão: 05-04-2021
Fonte Recurso: 001001141

Programa Trabalho: 10302093048500000
Nd: 33903090
Uge: 090120
Parecer Referencial: 20/2021 Data: 12-03-2021 CJ/SS
Prazo de Vigência/Entrega: 08 Dias
Extrato de Nota de Empenho
Publicado em Atendimento ao Ofício CGA 2158/2016 E Ofício GS 31/2016 Com Base no Decreto 61.476/15 Atualizado pelo Decreto 61.897/2016.
Dispensa de Licitação 011/2021
Objeto: Serviço de Manutenção em Seladora Grau Cirúrgico Processo 12610/2021
Contratante: Hospital Estadual de Mirandópolis
Contratada: D. G. Navarro & Cia Ltda - Epp
CNPJ: 03.359.657/0001-38
Contrato/Nota de Empenho: 2021Ne00252
Valor: R\$ 980,00
Data de Emissão: 08-04-2021
Fonte Recurso: 001001141
Programa Trabalho: 10302093048500000
Nd: 33903980
Uge: 090120
Parecer Referencial: 07/2020 Data: 12-03-2020 Cj/SS
Prazo de Vigência/Entrega: 08 Dias
Extrato de Nota de Empenho
Publicado em Atendimento ao Ofício CGA 2158/2016 E Ofício GS 31/2016 Com Base no Decreto 61.476/15 Atualizado pelo Decreto 61.897/2016.
Ata de Registro de Preços 009/2021
Objeto: Aquisição de Medicame Ntos - Enoxaparina Processo 15360/2021
Contratante: Hospital Estadual de Mirandópolis
Contratada: Sanofi Medley Farmacêutica Ltda
CNPJ: 10.588.595/0010-92
Contrato/Nota de Empenho: 2020Ne00268
Valor: R\$ 43.992,00
Data de Emissão: 09-04-2021
Fonte Recurso: 001001133
Programa Trabalho: 10303093061170000
Nd: 33903030
Uge: 090120
Parecer Referencial: 07/2021 Data: 02-03-2021 Cj/SS
Prazo de Vigência/Entrega: 20 Dias
Extratos de Notas de Empenhos
Publicado em Atendimento ao Ofício CGA 2158/2016 E Ofício GS 31/2016 Com Base no Decreto 61.476/15 Atualizado pelo Decreto 61.897/2016.
Ata de Registro de Preços 008/2021
Objeto: Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos
Processo 13364/2021
Contratante: Hospital Estadual de Mirandópolis
Contratada: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda CNPJ: 44.734.671/0001-5
Contrato/Nota de Empenho: 2020Ne00274
Valor: R\$ 6.984,00
Data de Emissão: 09-04-2021
Fonte Recurso: 001001141
Programa Trabalho: 10303093061170000
Nd: 33903030
Uge: 090120
Parecer Referencial: 07/2021 Data: 02-03-2021 CJ/SS
Prazo de Vigência/Entrega: 20 Dias
Contratada: Antibioticos do Brasil - Ltda
CNPJ: 05.439.635/0004-56
Contrato/Nota de Empenho: 2020Ne00275
Valor: R\$ 11.322,00

Data de Emissão: 09-04-2021
Fonte Recurso: 001001141
Programa Trabalho: 10303093061170000
Nd: 33903030
Uge: 090120
Parecer Referencial: 07/2021 Data: 02-03-2021 CJ/SS
Prazo de Vigência/Entrega: 20 Dias
Contratada: União Química Farmacêutica Nacional - Sa CNPJ: 60.665.981/0009-75
Contrato/Nota de Empenho: 2020Ne00276
Valor: R\$ 2.925,00
Data de Emissão: 09-04-2021
Fonte Recurso: 001001141
Programa Trabalho: 10303093061170000
Nd: 33903030
Uge: 090120
Parecer Referencial: 07/2021 Data: 02-03-2021 CJ/SS
Prazo de Vigência/Entrega: 20 Dias
Contratada: Comercial Cirúrgica Rioclarense - Ltda CNPJ: 67.729.178/0004-91
Contrato/Nota de Empenho: 2020Ne00277
Valor: R\$ 3.445,90
Data de Emissão: 09-04-2021
Fonte Recurso: 001001141
Programa Trabalho: 10303093061170000
Nd: 33903030
Uge: 090120
Parecer Referencial: 07/2021 Data: 02-03-2021 CJ/SS
Prazo de Vigência/Entrega: 20 Dias
Contratada: Quality Medical Comércio e Distribuidora de Medicamentos - Ltda
CNPJ: 07.118.264/0001-93
Contrato/Nota de Empenho: 2020Ne00278
Valor: R\$ 417,60
Data de Emissão: 09-04-2021
Fonte Recurso: 001001141
Programa Trabalho: 10303093061170000
Nd: 33903030
Uge: 090120
Parecer Referencial: 07/2021 Data: 02-03-2021 CJ/SS
Prazo de Vigência/Entrega: 20 Dias
Contratada: Soma - Sp Produtos Hospitalares – Ltda CNPJ: 05.847.630/0001-10
Contrato/Nota de Empenho: 2020Ne00279
Valor: R\$ 467,00
Data de Emissão: 09-04-2021
Fonte Recurso: 001001141
Programa Trabalho: 10303093061170000
Nd: 33903030
Uge: 090120
Parecer Referencial: 07/2021 Data: 02-03-2021 CJ/SS
Prazo de Vigência/Entrega: 20 Dias
Contratada: Glaxosmithkline Brasil - Ltda CNPJ: 33.247.743/0044-50
Contrato/Nota de Empenho: 2020Ne00280
Valor: R\$ 1.047,60
Data de Emissão: 09-04-2021
Fonte Recurso: 001001141
Programa Trabalho: 10303093061170000
Nd: 33903030
Uge: 090120
Parecer Referencial: 07/2021 Data: 02-03-2021 CJ/SS
Prazo de Vigência/Entrega: 20 Dias
Extratos de Notas de Empenhos
Publicado em Atendimento ao Ofício CGA 2158/2016 E Ofício GS 31/2016 Com Base no Decreto 61.476/15 Atualizado pelo Decreto 61.897/2016.